

ACÇÕES AFIRMATIVAS - A MEMÓRIA E O SONHO

Aluno: Edson de Souza

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Eduardo Gonçalves, Clóvis Gorgônio

Introdução

A pauta sobre uma política de ações afirmativas no Brasil entrou no debate público após a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que foi realizada na cidade sul-africana de Durban, em setembro de 2001. Desde então, sempre que essa tônica é levantada, opiniões rígidas e na maioria das vezes sem uma profundidade que dê conta das suas muitas questões ditam a direção das conversas. Os debates, muitas vezes repletos de reflexões nascidas do senso comum revelam a imensa fratura social que aflige o Brasil, e a polarização política que tem recrudescido em nosso meio faz-se em um espectro que bloqueia o entendimento e o esclarecimento. O presente trabalho é a produção inicial do meu estágio como bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Memória da PUC-Rio e que apresentará ainda desdobramentos futuros.

Este trabalho nasce a partir de uma percepção obtida dentro da PUC-Rio do quanto ações como o programa de bolsas de estudo, que promovem acesso e promoção social, possuem em si o potencial de equalizar grupos que historicamente foram desnivelados em seu desenvolvimento por políticas equivocadas ou originadas em conceitos desumanizantes. Observando parte do alunato bolsista da PUC-Rio no ano de 2018, do qual faço parte, e que ingressaram na Universidade após seguirem o programa de acesso para alunos negros e carentes da Educafro, uma série de parâmetros que correlacionam nós alunos no que se refere nossas carências financeiras e dificuldade de acesso ao ensino superior puderam ser traçados com as turmas anteriores e posteriores a este ingresso. Parâmetros que podem ser usados também para com alunos cotistas de universidades públicas e bolsistas de outras universidades particulares e que irão remeter na maioria das vezes, ao local de origem, cor de pele e ascendência. Elementos que mesmo sem um aprofundamento de pesquisa apontam para um passado comum, de escravidão e desamparo governamental no que tange às políticas públicas que pudessem integrar de forma justa a população de ex-escravizados à sociedade.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é discutir as incongruências da nossa sociedade, e a partir deste debate auxiliar no surgimento de uma sociedade mais equilibrada que promova oportunidades e condições que tornem as existências das pessoas terrenos férteis de possibilidades. Mais do que debruçar-se sobre esta questão, este trabalho busca também lançar um olhar sobre o nosso passado e presente de relações raciais tão distorcidas, onde a ideia de harmonia racial assumiu um papel opressor e silenciador de vozes, tornando-se uma ferramenta do racismo estrutural, tema debatido e estudado por intelectuais como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Thula Pires e Silvio de Almeida.

Metodologia

Sendo este o meu projeto inicial, neste primeiro momento dediquei-me à pesquisa bibliográfica para a contextualização do meu objeto de estudo e apresentação de conceitos.

Para entender o processo histórico que levou a implementação da lei de ações afirmativas no Brasil, utilizei o livro de Jorge da Silva “120 de Abolição: 1988 - 2008” [1] que refaz o trajeto histórico da comunidade negra desde a abolição da escravatura aos dias atuais. O texto de Lélia Gonzalez, “A categoria Político-Cultural de Amefricanidade” [2] foi utilizado para entender a denegação do racismo brasileiro e o quanto o mito da democracia racial, termo criado por Florestan Fernandes, provocou a naturalização do racismo estrutural em nosso país. Para entender o processo de instauração da lei de ações afirmativas no Brasil, mobilizei capítulos do livro “Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas” [3], organizado por Sales Augusto dos Santos, a introdução escrita por Sales Augusto dos Santos e o primeiro capítulo “Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos” escrito por Flávia Piovesan. Por fim, para entender o programa de bolsas de estudos da PUC-Rio e sua relação com a lei de ações afirmativas, analisei o livro de Andréia Clapp Salvador “Ações Afirmativas na PUC-Rio - A Inserção de Alunos pobres e negros” [4].

Conclusão

Uma sociedade mais justa está em processo de construção. É possível ver os novos tempos chegando no olhar das pessoas, na mudança de seus paradigmas. A transformação social é um processo lento e gradual, irreversível. As ações afirmativas existem para corrigir um erro de curso que não permitiu que parte da população brasileira pudesse vislumbrar no horizonte uma sociedade melhor. Na PUC-Rio já é possível enxergar facho de luz desta nova realidade, e todo um caminho árduo foi percorrido para que chegássemos a este momento. Uma sociedade diversa e colaborativa está surgindo e isso não nos é dado, é conquistado com perseverança e comunhão.

Referências

- [1] SILVA, Jorge da. **120 de Abolição: 1888 - 2008**. Rio de Janeiro. Hama, 2008.
- [2] GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.), 1988. p. 69-82.
- [3] SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. In: Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC). Brasília, 2007. p. 15-31; 34-44.
- [4] SALVADOR, Andréia Clapp. **Ações Afirmativas na PUC-Rio - A Inserção de Alunos pobres e negros**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011. p. 63 - 113.